

Petição nº 4 / 2021
12, 02, 2021

Cristina Ventura (SG/DAOSM/GAAM)

Assunto: FW: Petição "CONTRA O APAGAMENTO DOS BRASÕES DA PRAÇA DO IMPÉRIO"
Anexos: CONTRA O APAGAMENTO DOS BRASÕES DA PRAÇA DO IMPÉRIO - Texto e Proponentes-sinatários.docx; Carta de Apresentação da Petição.docx

Importância: Alta

AML <i>Sanchez</i>
ENT/344/AML/21
12/02/2021 14:00:48

De: Nova Portugalidade <portugalidade.nova@gmail.com>

Enviado: 12 de fevereiro de 2021 01:20

Para: AML - Presidente; aml; aml.ps; aml.ppd_psd; aml.cds_pp; aml.pcp; aml.be; AML - Grupo Municipal PAN; aml.osverdes; aml.mpt; AML - Partido Popular Monárquico; AML - Grupo Municipal Independentes

Assunto: Petição "CONTRA O APAGAMENTO DOS BRASÕES DA PRAÇA DO IMPÉRIO"

ATENÇÃO: Este email teve origem fora da CML. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.



[Cópia de petition105983 - petition105983.pdf](#)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa
Dr. José Maximiano Almeida Leitão

Ex.mo Senhor Presidente da AML,

Invocando o Artigo 85º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, relativo ao direito de petição, vimos submeter a seguinte:

"Contra o Apagamento dos Brasões da Praça do Império", com 12 356 signatários até ao momento. Segue pelo link o texto da petição, onde são ainda apresentados os proponentes-sinatários: <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT105983>

Em link de Google Drive segue, ainda, a lista de signatários, assim como, em anexo, o texto e proponentes da petição.

Os peticionários, conhecendo a constituição e distribuição de pelouros pelas comissões da AML, solicitam ainda a atribuição desta petição à 4ª Comissão da AML (Ambiente e Qualidade de Vida), por ser esta a comissão a que deverá competir a discussão, análise e elaboração de relatório relativo ao assunto em questão, a saber, a requalificação de um espaço verde.

Mais informamos que os signatários e proponentes que deverão ser contactados, para todas as matérias relativas à petição que se apresenta, são Rafael Pinto Borges (contacto telefónico: 910344136), Miguel Castelo-Branco (contacto telefónico: 934906873) e Pedro Formozinho Sanchez.(contacto telefónico: 964 048 880).

Com os nossos melhores cumprimentos,
Rafael Pinto Borges

1950

MA

MANAGEMENT
ASSOCIATES

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

Dr. José Maximiano Almeida Leitão

Ex.mo Senhor Presidente da AML,

Invocando o Artigo 85º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, relativo ao direito de petição, vimos submeter a seguinte:

"Contra o Apagamento dos Brasões da Praça do Império", com 12 356 signatários até ao momento. Segue pelo link o texto da petição, onde são ainda apresentados os proponentes-signatários: <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT105983>

Em link de Google Drive segue, ainda, a lista de signatários.

Os peticionários, conhecendo a constituição e distribuição de pelouros pelas comissões da AML, solicitam ainda a atribuição desta petição à 4ª Comissão da AML (Ambiente e Qualidade de Vida), por ser esta a comissão a que deverá competir a discussão, análise e elaboração de relatório relativo ao assunto em questão, a saber, a requalificação de um espaço verde.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Rafael Pinto Borges

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2020.

CONTRA O APAGAMENTO DOS BRASÕES DA PRAÇA DO IMPÉRIO

PELA NOSSA PRAÇA DO IMPÉRIO, PELA PORTUGALIDADE, PELA INTELIGÊNCIA E PELO ENCONTRO

A Praça do Império é uma obra de arte. É a formalização de um processo histórico, sendo por opção deliberada o espaço central de uma exposição mundial, a do Mundo Português de 1940. Esta deverá ser sempre considerada, artística e patrimonialmente, como o expoente máximo do desenho de espaço público de uma época - e compreendida no seu contexto histórico, incluindo também o prolongamento conceptual realizado em 1960 com as Comemorações Henriquinas. Possui uma identidade única, uma formalidade inquestionável, onde predomina magistralmente o domínio do plano, da linha recta e da ortogonalidade, quer seja formalizada por pavimento, inertes, ou material vegetal, resultado muito cuidado de todo o processo de desenho moderno do espaço público. É, para a época, um desenho revolucionário e inovador; é o melhor exemplo de espaço público exterior modernista de Portugal. Trata-se da única praça do mundo que representa a epopeia dos Descobrimentos, maior dos feitos portugueses e elemento basilar da identidade nacional. Só por este facto merece preservação patrimonial como peça única, testemunho de uma época, símbolo formal de um período da nossa história e do primeiro império global. Tal não pode, nem deve, ser escamoteado ou distorcido. Por isso é única, e deve ser preservada fiel, autêntica e integralmente.

A exclusão e a perseguição ao passado são incompatíveis com toda a ideia de civilização. São, ainda, incompatíveis com a democracia e com as liberdades que lhe dão alma. Apagar uma forma do passado - seja um templo, uma pintura, uma estátua, a toponímia, um livro ou uma voz - é um acto de barbarismo cultural. É uma manifestação de imaturidade democrática. É arrogante e prepotente. As alterações que a Câmara pretende impor à Praça do Império em nada virão a enriquecê-la. Infelizmente, para mal da nossa Lisboa, os promotores do projecto não compreenderam o espírito do espaço, e muito menos o que ela representa - para a Cidade, para Portugal e para o Mundo.

A proposta perde-se num programa precariamente definido pelo Município que se foca na gestão do problema dos brasões floridos ditos "coloniais" - na verdade, canteiros com diversos símbolos nacionais, como as Cruzes de Cristo e de Avis, as Flechas de São Sebastião e os brasões de armas das antigas províncias ultramarinas

de Portugal. Recordamos que a Câmara começou por alegar, para justificar a destruição de símbolos nacionais que a ideologia a leva a detestar, que para a manutenção dos brasões não haveria mão-de-obra capaz, ou dinheiro. O absurdo manifesto deste argumento ficou à vista de todos quando a Junta de Freguesia de Belém publicamente se disponibilizou para suportar as despesas relativas aos canteiros.

A nomeação, pelo Município, do Júri para a selecção do projecto destinado à requalificação da Praça do Império revelou a preocupação de apressar, aligeirar e facilitar a selecção, optando por um dirigente municipal de parco currículo e “esquecendo-se” de indicar representante da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC). Contraria claramente o anterior “modus operandi” dos serviços de projecto do município que privilegiaram sempre, em todas as intervenções em espaços patrimoniais, a gestão conjunta do processo, desde o programa à obra, sempre feita em plena parceria. É preocupante a nomeação de um júri que não consegue identificar e excluir propostas que rompem com as linhas mestras, conceito e significação da composição original. Mais há a ter em conta: o projecto foi indeferido por duas vezes pela DGPC, tendo merecido parecer técnico negativo, o primeiro dos quais demolidor para as intenções da autarquia e claramente depreciativo quanto à proposta desenhada.

O mais grave, até preocupante quanto à honestidade intelectual do “encomendador”, é a coincidência entre a área que é alterada radicalmente para ornamentais ser precisamente a que estava ocupada pelos brasões. Esta perfaz, precisamente, todo o anel exterior: ou seja, justamente aquela que os brasões floridos ocupam. Ninguém moderadamente inteligente se permitiria enganar: em causa não está a existência de verbas ou de meios; não está, obviamente, uma inocente preferência estética. Trata-se, muito pelo contrário, de uma cruzada odiosa. Quanto a isso não pode haver qualquer dúvida desde que, a 27 de Agosto de 2014, o gabinete de José Sá Fernandes, então o vereador responsável, confirmou que o problema com os brasões é que “estão ultrapassados” e que “não faz sentido mantê-los. Por isso, não vão ser recuperados.” É isto uma campanha fanática por aqueles que não aceitam a História e não compreendem que ela, longe de ser factor de divisão, é cimento de civismo e razão de unidade – unidade entre portugueses, entre todos os povos que partilham a nossa língua e cultura, família a que chamamos Portugalidade, e entre todos os ramos da árvore humana. Essa árvore soube-se uma pelos Descobrimentos, a empresa que trouxe Confúcio à Europa, Aristóteles à China, fez a primeira globalização e começou ali mesmo, no Tejo, frente a essa Lisboa que conquistou no mar a honra de grande cidade. É essa unificação do mundo pela palavra e pelo esforço português que se celebra na Praça do Império. E é isso que se perderá se

aquele espaço sofrer a amputação que a Câmara Municipal, havendo ignorado grosseiramente manifestação anterior de repúdio popular pelo projecto, lhe pretende impor. Contra a História e contra a democracia.

1. Considerando que a proposta não possui a maturidade e a qualidade exigível a uma intervenção de qualificação e restauro dos Jardins da Praça do Império;
2. Considerando que o promotor da proposta, o pelouro de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, não produziu um programa claro, bem estruturado, discutido publicamente e elaborado em parceria com a Direcção Geral de Património Cultural (DGPC);
3. Considerando que o projecto foi duas vezes indeferido e reprovado, com veemência, de acordo com o texto dos respectivos pareceres, pela DGPC, e que tal é indicador de uma má estratégia na definição das linhas mestras da intervenção, de uma formalização da proposta inconsistente e indigna, baseada em inúmeras intervenções pontuais, avulsas, desconexas e mesmo extemporâneas, promovendo, segundo este organismo, a descaracterização da composição inicial;
4. Considerando ter sido encomendado um projecto de reformulação global da praça com o propósito claro, indisfarçável e puramente ideológico de remover os brasões, em particular os que aludem ao antigo Ultramar português, num acto de lastimável talibanismo cultural;
5. Considerando que o património herdado não pode nem deve ser discutido sem análise, sem enquadramento histórico e artístico, desfasado do período de origem por infantil obsessão ideológica;
6. Considerando que o espaço público deve ser democrático e a arena em que os portugueses se confrontam com ideias diversas e interpretações distintas sobre o passado, e que às instituições não cabe a manipulação autoritária da História e o afunilamento de opiniões, mas justamente a protecção do património em toda a sua diversidade e complexidade.

7. Considerando que a campanha em curso contra a Praça do Império se enquadra numa muito mais vasta cujo alvo é a História em si, que o propósito dessa campanha é o apossamento autoritário do passado por uma clique arrogante e minoritária e que a sua finalidade não é científica, mas ideológica;

8. Considerando, por fim, que a Praça do Império, entendida na sua plenitude artística, presta tributo à mais relevante contribuição da nação portuguesa para a História da Humanidade, os Descobrimentos, e que a sua celebração, lembrando o papel pioneiro de Portugal para a descoberta e unificação da espécie humana, é motivo de encontro e de concórdia entre portugueses de todas as cores e credos, das nações do mundo lusíada – incluindo aquelas cujas antigas armas ali se encontram representadas - e do mundo inteiro;

Propomos:

- Suspender o actual projecto para a renovação da Praça do Império e promover um projecto de reabilitação que não preveja alterações formais e conceptuais, valorizando toda a estrutura existente e preservando-a integralmente para o futuro, incluindo todos os brasões florais, históricos e ultramarinos, lá representados. A Praça do Império é um espaço privilegiado na relação de Lisboa com o Rio e de Portugal com o Mar e o Mundo, vocação que nos caracterizou ao longo dos séculos como povo construtor de Estados e da ideia de fraternidade entre povos a que, com justo título, chamamos Portugalidade. Assim deve manter-se, para os portugueses de hoje e de amanhã.

OS PROPONENTES

Rafael Pinto Borges - Politólogo. Presidente da associação Nova Portugalidade;

Miguel Castelo Branco - Técnico Superior do Estado. Presidente da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade;

Pedro Formosinho Sanchez - Arquitecto. Vice-presidente da Nova Portugalidade;

Alexandre Franco de Sá. Professor universitário;

Aline Gallasch-Hall de Beuvink - Professora universitária. Deputada Municipal em Lisboa pelo PPM;

António Barreto – Professor universitário. Ministro da Agricultura do I Governo Constitucional;

António Bagão Félix - Economista. Ministro da Segurança Social e do Trabalho do XV Governo Constitucional. Ministro das Finanças do XVI Governo Constitucional. Ex-deputado à Assembleia da República pelo CDS-PP;

António Carmona Rodrigues - Engenheiro e Professor. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional. Ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa;

Pe. António de Oliveira Colimão - Sacerdote católico, Fundador da Associação de Fraternidade Damão-Diu;

António Prôa - Engenheiro. Deputado Municipal na AML, antigo Vereador da CML e antigo Deputado à Assembleia da República pelo PSD;

António Tânger Correia - Embaixador de carreira. Velejador olímpico. Vice-presidente do partido Chega;

Diogo Moura - Gestor cultural. Presidente da Concelhia de Lisboa do CDS-PP e Deputado Municipal;

Dom Duarte Pio de Bragança;

Fernando Larcher Nunes - Professor universitário;

Fernando Ribeiro Rosa - Jurista. Presidente da Junta de Freguesia de Belém;

João Micael - Especialista em Protocolo, Presidente da Matriz Portuguesa - Associação para o Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento;

João Távora - Empresário. Presidente da Real Associação de Lisboa;

Jorge Vila Nova - Técnico Superior do Estado. Membro da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade;

José António Rodrigues Pereira - Oficial Superior da Armada. ex-director do Museu de Marinha;

José Eduardo Tomé Pires-Marques - Arquitecto. Ex-Director Municipal do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa;

José Inácio Faria - Jurista. Deputado à Assembleia Municipal de Lisboa, ex-deputado ao Parlamento Europeu, Ex-presidente do Partido da Terra;

José Manuel Araújo - Professor do Conservatório Nacional. Membro da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade;

Luís Gagliardini Graça – Jurista. Membro da Direcção da Nova Portugalidade.

Luís Newton - Gestor. Presidente da Junta da Estrela. Presidente da Concelhia de Lisboa do PSD;

Manuel Ribeiro de Faria - Oficial Superior do Exército. ex-director do Museu Militar;

Maria Isabel da Veiga Cabral - Técnica Superior do Estado. Especialista em património mundial. Especialista em Salvaguarda, gestão e revivificação do património cultural;

Paulo Drumond Braga - Historiador. Professor universitário;

Paulo Neves - Professor. Deputado à Assembleia da República pelo PSD;

Pedro Bastos Rabaça - Médico Psicanalista. Membro da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade;

Pedro Dias - Historiador. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra;

Raúl Folques - Oficial Superior do Exército. Ex-comandante do Regimento de Comandos. Ex-chefe do Estado-Maior do Governo Militar de Lisboa;

Raúl Santos - Professor. Director do Centro de Formação da Ordem dos Biólogos;

Rodrigo Mello Gonçalves - Gestor. Deputado independente à Assembleia Municipal de Lisboa;

Rodrigo Saraiva – Consultor. Ex-Vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Fundador da Iniciativa Liberal;


Rui Pires - Fotógrafo;

Telmo Correia - Jurista. Ministro do Turismo do XVI Governo Constitucional. Ex-vice-presidente da Assembleia da República. Deputado à AR pelo CDS-PP



Petição nº 4/2021
12/02/2021

Pesquise Petições

AML 
ENT/344/AML/21
12/02/2021 14:00:48



Apoie esta Petição. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

CONTRA O APAGAMENTO DOS BRASÕES DA PRAÇA DO IMPÉRIO

Para: Assembleia Municipal de Lisboa

PELA NOSSA PRAÇA DO IMPÉRIO, PELA PORTUGALIDADE, PELA INTELIGÊNCIA E PELO ENCONTRO

A Praça do Império é uma obra de arte. É a formalização de um processo histórico, sendo por opção deliberada o espaço central de uma exposição mundial, a do Mundo Português de 1940. Esta deverá ser sempre considerada, artística e patrimonialmente, como o expoente máximo do desenho de espaço público de uma época - e compreendida no seu contexto histórico, incluindo também o prolongamento conceptual realizado em 1960 com as Comemorações Henriquinas. Possui uma identidade única, uma formalidade inquestionável, onde predomina magistralmente o domínio do plano, da linha recta e da ortogonalidade, quer seja formalizada por pavimento, inertes ou material vegetal, resultado muito cuidado de todo o processo de desenho moderno do espaço público. É, para a época, um desenho revolucionário e inovador, é o melhor exemplo de espaço público exterior modernista de Portugal. Trata-se da única praça do mundo que representa a epopeia dos Descobrimentos, maior dos feitos portugueses e elemento basilar da identidade nacional. Só por este facto merece preservação patrimonial como peça única, testemunho de uma época, símbolo formal de um período da nossa história e do primeiro império global. Tal não pode, nem deve, ser escamoteado ou distorcido. Por isso é única, e deve ser preservada fiel, autêntica e integralmente.

A exclusão e a perseguição ao passado são incompatíveis com toda a arte de civilização. São, ainda, incompatíveis com a democracia e com as liberdades que lhe dão alma. Apagar uma forma do passado - seja um templo, uma pintura, uma estátua, a toponímia, um livro ou uma voz - é um acto de barbarismo cultural. É uma manifestação de imaturidade democrática. É arrogante e prepotente. As alterações que a Câmara pretende impor à Praça do Império em nada virão a enriquecê-la. Infelizmente, para mal da nossa Lisboa, os promotores do projecto não compreenderam o espírito do espaço, e muito menos o que ela representa - para a Cidade, para Portugal e para o Mundo.

Assinaram a petição

12.950 PESSOAS

Assinar Petição

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine a Petição.

Algunas razões para assinar, O que dizem os outros signatários

Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.



Petição criada por:

Contactar Autor

Como Criar Empresa Rápido?

Recebe o apoio contabilístico, fiscal e legal necessário na constituição de sua Empresa.

business.google.com

6.610

A proposta perde-se num programa precariamente definido pelo Município que se foca na gestão do problema dos brasões floridos ditos "coloniais" - na verdade, canteiros com diversos símbolos nacionais, como as Cruzes de Cristo e de Avis, as Flechas de São Sebastião e os brasões de armas das antigas províncias ultramarinas de Portugal. Recordamos que a Câmara começou por alegar, para justificar a destruição de símbolos nacionais que a ideologia a leva a detestar, que para a manutenção dos brasões não haveria mão-de-obra capaz, ou dinheiro. O absurdo manifesto deste argumento ficou à vista de todos quando a Junta de Freguesia de Belém publicamente se disponibilizou para suportar as despesas relativas aos canteiros.

A nomeação, pelo Município, do júri para a selecção do projecto destinado à requalificação da Praça do Império revelou a preocupação de apressar, atalhar e facilitar a selecção, optando por um dirigente municipal de parco currículo e "asquecendo-se" de indicar representante da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC). Contraria claramente o anterior "modus operandi" dos serviços de projecto do município que privilegiaram sempre, em todas as intervenções em espaços patrimoniais, a gestão conjunta do processo, desde o programa à obra, sempre feita em plena parceria. É preocupante a nomeação de um júri que não consegue identificar e excluir propostas que rompem com as linhas mestras, conceito e significação da composição original. Mais há a ter em conta o projecto foi indeferido por duas vezes pela DGPC, tendo merecido parecer técnico negativo, o primeiro dos quais demolidor para as intenções da autarquia e claramente depreciativo quanto à proposta desenhada.

O mais grave, até preocupante quanto à honestidade intelectual do "encomendador", é a coincidência entre a área que é alterada radicalmente para ornamentais ser precisamente a que estava ocupada pelos brasões. Esta perfaz, precisamente, todo o anel exterior: ou seja, justamente aquela que os brasões floridos ocupam. Ninguém moderadamente inteligente se permitiria enganar: em causa não está a existência de verbas ou de meios; não está, obviamente, uma inocente preferência estética. Trata-se, muito pelo contrário, de uma cruzada odiosa. Quanto a isso não pode haver qualquer dúvida desde que, a 27 de Agosto de 2014, o gabinete de José Sá Fernandes, então o vereador responsável, confirmou que o problema com os brasões é que "estão ultrapassados" e que "não faz sentido mantê-los. Por isso, não vão ser recuperados." É isto uma campanha fanática por aqueles que não aceitam a História e não compreendem que ela, longe de ser factor de divisão, é cimento de civismo e razão de unidade – unidade entre portugueses, entre todos os povos que partilham a nossa língua e cultura, família a que chamamos Portugalidade, e entre todos os ramos da árvore humana. Essa árvore soube-se uma pelos Descobrimentos, a empresa que trouxe Confúcio à Europa, Aristóteles à China, fez a primeira globalização e começou ali mesmo, no Tejo, frente a essa Lisboa que conquistou no mar a honra de grande cidade. É essa unificação do mundo pela palavra e pelo esforço português que se celebra na Praça do Império. E é isso que se perderá se aquele espaço sofrer a amputação que a Câmara Municipal, havendo ignorado grosseiramente manifestação anterior de repúdio popular pelo projecto, lhe pretende impor, Contra a História e contra a democracia.



Ligamos Grátis, Adira Online

Adere a um Pacote NOS com a Melhor Net desde €34,99/mês e recebe o novo GiGa Router.

[NOS](#)
[CONTACTAR-NOS](#)

1. Considerando que a proposta não possui a maturidade e a qualidade exigível a uma intervenção de qualificação e restauro dos Jardins da Praça do Império;
2. Considerando que o promotor da proposta, o pelouro de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, não produziu um programa claro, bem estruturado, discutido publicamente e elaborado em parceria com a Direcção Geral de Património Cultural (DGPC);
3. Considerando que o projecto foi duas vezes indeferido e reprovado, com veemência, de acordo com o texto dos respectivos pareceres, pela DGPC, e que tal é indicador de uma má estratégia na definição das linhas mestras da intervenção, de uma formalização da proposta inconsistente e indigna, baseada em inúmeras intervenções pontuais, avulsas, desconexas e mesmo extemporâneas, promovendo, segundo este organismo, a descaracterização da composição inicial;
4. Considerando ter sido encomendado um projecto de reformulação global da praça com o propósito claro, indisfarçável e puramente ideológico de remover os brasões, em particular os que aludem ao antigo Ultramar português num acto de lastimável talibanismo cultural;
5. Considerando que o património herdado não pode nem deve ser discutido sem análise, sem enquadramento histórico e artístico, desfasado do período de origem por infantil obsessão ideológica;
6. Considerando que o espaço público deve ser democrático e a arena em que os portugueses se confrontam com ideias diversas e interpretações distintas sobre o passado, e que às instituições não cabe a manipulação autoritária da História e o afinamento de opiniões, mas justamente a protecção do património em toda a sua diversidade e complexidade



Como Criar Empresa Rápido?

Recebe o apoio contabilístico, fiscal e legal necessário na constituição de sua Empresa

business.google.com


7. Considerando que a campanha em curso contra a Praça do Império se enquadra numa muito mais vasta cujo alvo é a História em si, que o propósito dessa campanha é o apossamento autoritário do passado por uma clique arrogante e minoritária e que a sua finalidade não é científica, mas ideológica;

8. Considerando, por fim, que a Praça do Império, entendida na sua plenitude artística, presta tributo à mais relevante contribuição da nação portuguesa para a História da Humanidade, os Descobrimentos, e que a sua celebração, lembrando o papel pioneiro de Portugal para a descoberta e unificação da espécie humana é motivo de encontro e de concórdia entre portugueses de todas as cores e credos, das nações do mundo lusíada – incluindo aquelas cujas antigas armas ali se encontram representadas - e do mundo inteiro.

Propomos:

- Suspender o actual projecto para a renovação da Praça do Império e promover um projecto de reabilitação que não preveja alterações formais e conceptuais, valorizando toda a estrutura existente e preservando-a integralmente para o futuro, incluindo todos os brasões florais, históricos e ultramarinos, lá representados. A Praça do Império é um espaço privilegiado na relação de Lisboa com o Rio e de Portugal com o Mar e o Mundo, vocação que nos caracterizou ao longo dos séculos como povo construtor de Estados e da ideia de fraternidade entre povos a que, com justo título, chamamos Portugalidade. Assim deve manter-se, para os portugueses de hoje e de amanhã.

OS PROPONENTES

Rafael Pinto Borges - Politólogo. Presidente da associação Nova Portugalidade,
 Miguel Castelo Branco - Técnico Superior do Estado. Presidente da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade,
 Pedro Formosinho Sanchez - Arquitecto. Vice-presidente da Nova Portugalidade;
 Alexandre Franco de Sá. Professor universitário;
 Aline Gallasch-Hall de Beuvink - Professora universitária. Deputada Municipal em Lisboa pelo PPM;
 António Barreto – Professor universitário. Ministro da Agricultura do I Governo Constitucional,
 António Bagão Félix - Economista. Ministro da Segurança Social e do Trabalho do XV Governo Constitucional,
 Ministro das Finanças do XVI Governo Constitucional. Ex-deputado à Assembleia da República pelo CDS-PP,
 António Carmona Rodrigues - Engenheiro e Professor. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional. Ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
 Pe. António de Oliveira Colimão - Sacerdote católico. Fundador da Associação de Fraternidade Damão-Diu;
 António Prôa - Engenheiro. Deputado Municipal na AML, antigo Vereador da CML e antigo Deputado à Assembleia da República pelo PSD;
 António Tânger Correia - Embaixador de carreira. Velejador olímpico. Vice-presidente do partido Chega;
 Diogo Moura - Gestor cultural. Presidente da Concelhia de Lisboa do CDS-PP e Deputado Municipal,
 Dom Duarte Pio de Bragança,
 Fernando Larcher Nunes - Professor universitário
 Fernando Ribeiro Rosa - Junista. Presidente da Junta de Freguesia de Belem;
 João Micael - Especialista em Protocolo, Presidente da Matriz Portuguesa - Associação para o Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento;
 João Távorá - Empresário. Presidente da Real Associação de Lisboa;
 Jorge Vila Nova - Técnico Superior do Estado. Membro da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade;
 José António Rodrigues Pereira - Oficial Superior da Armada, ex-director do Museu de Marinha;
 José Eduardo Tomé Pires-Marques - Arquitecto. Ex-Director Municipal do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa;
 Jose Inácio Faria - Junista. Deputado à Assembleia Municipal de Lisboa, ex-deputado no Parlamento Europeu, Ex-presidente do Partido da Terra
 Jose Manuel Araújo - Professor do Conservatório Nacional. Membro da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade
 Luis Cagliardini Graça – Junista. Membro da Direcção da Nova Portugalidade
 Luis Newton - Gestor. Presidente da Junta da Estrela. Presidente da Concelhia de Lisboa do PSD
 Manuel Ribeiro de Faria - Oficial Superior do Exército, ex-director do Museu Militar;
 Maria Isabel da Veiga Cabral - Técnica Superior do Estado. Especialista em património mundial. Especialista em Salvaguarda, gestão e revivificação do património cultural,
 Paulo Drumond Braga - Historiador, Professor universitário.
 Paulo Neves - Professor. Deputado à Assembleia da República pelo PSD,
 Pedro Bastos Rabaça - Medico Psicanalista. Membro da Casa dos Vinte e Quatro da Nova Portugalidade;
 Pedro Dias - Historiador, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra,
 Raul Folques - Oficial Superior do Exército, Ex-comandante do Regimento de Comandos. Ex-chefe do Estado-Maior do Governo Militar de Lisboa,
 Raúl Santos - Professor. Director do Centro de Formação da Ordem dos Biólogos,
 Rodrigo Mello Gonçalves - Gestor. Deputado independente à Assembleia Municipal de Lisboa;
 Rodrigo Saraiva – Consultor. Ex-Vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Fundador da Iniciativa Liberal,
 Rui Pires - Fotógrafo
 Telmo Correia - Junista. Ministro do Turismo do XVI Governo Constitucional, Ex-vice-presidente da Assembleia da República. Deputado a AR pelo CDS-PP